



Senhores Acionistas, Concluído o ano de 2025, a Companhia apresenta as atividades e projetos realizados neste período. A Companhia registrou um crescimento de 2,3% no fluxo de veículos equivalentes nos pedágios de sua malha viária, em comparação com 2024. Os investimentos foram no ordem de R\$ 205.837, permitindo atender os parâmetros exigidos no Edital de Licitação, bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Relacionamos abaixo os principais serviços executados. Entre as ações de engenharia, a Companhia realizou ao longo da malha viária a recuperação de pavimento flexível em uma extensão de 257,2 quilômetros de faixa. Foram recuperados 199.617 m² de sinalização horizontal, colocadas 25.527 novas tachas refletivas e instaladas 3.551 placas e 3.335 m de defensas metálicas, além da recuperação de 132 obras de arte especiais. Foi executado ainda Inspeções Especiais em 171 obras de arte especiais, recuperação de pavimento rígido em 9 praças de pedágios e 4 balanças móveis de pesagem, construída caixas de contenção de produtos perigosos no km 203 da SP 344 e finalizada a adequação das rampas da Passarela da SP 342 km 172+500. Além disso foram concluídos a certificação dos projetos executivos de implantação de faixa adicional entre o km 124 e km 172+500 na rodovia SP 340, implantação da duplicação da rodovia SP 344 do km 224 ao km 242+600 e implantação de vias marginais na rodovia SP 340 entre o km 114 e km 123. Os investimentos nestes serviços de conservação especial e obras totalizaram R\$ 193.499. Os investimentos em equipamentos, veículos e sistemas de controle (ITS) atingiram R\$ 12.338. O Sistema de Ajuda ao Usuário realizou as seguintes quantidades de atendimentos durante o ano: inspeções de tráfego - 12.359; socorros mecânicos - 23.750; serviços de guincho - 13.596; primeiros socorros - 2.258 e serviços de irrigação - 454. A Companhia acredita em seus profissionais, no potencial de cada pessoa e na força do trabalho em equipe. Através de sua política de gestão de pessoas, com foco na plena satisfação dos usuários como principal forma de obter a sustentabilidade do negócio, a Companhia proporcionou a capacitação de centenas de profissionais em 2025. Foram 5.283 horas de treinamentos realizados, distribuídas em diversas capacitações realizadas ao longo do ano. Em outubro de 2025, a Companhia foi submetida a auditorias externas de seus sistemas de gestão. Entre 1º e 3 de outubro, a DNV - Det Norske Veritas conduziu a auditoria de manutenção na Norma ISO 9001:2015, com recomendação para manutenção da certificação. Entre 14 e 17 de outubro, a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas realizou a auditoria de certificação na Norma ISO 39001:2015, confirmando a conformidade do Sistema de Gestão da Segurança Viária e resultando no recebimento do certificado. Destaca-se que a certificação ISO 39001 não é exigência do Edital de Concessão do Lote 11 - Renovias. Sua obtenção foi de forma voluntária, reforçando o compromisso da concessionária com a segurança no trânsito, a melhoria contínua e a maturidade de seus sistemas de gestão, em alinhamento às melhores práticas de governança, gestão de riscos e sustentabilidade. Em 2025, a concessionária desenvolveu ações permanentes de educação e conscientização para a segurança viária, alinhadas às campanhas nacionais e às diretrizes institucionais. Durante o maio Amarelo, promoveu iniciativas preventivas e educativas, incluindo a distribuição de antenas corta-pipas, ações de saúde voltadas a saúde de caminhoneiros, palestras em empresas da região sobre segurança viária, atividades com colaboradores e participação em simulados de acidentes, com atuação integrada do Atendimento

**Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Pré-Hospitalar e de órgãos de emergência. Na Semana Nacional do Trânsito, reforçou a campanha "Sua Segurança nos Move", com foco nos riscos do uso do celular ao volante, por meio de ações educativas nas praças de pedágio da malha viária da concessionária, com apoio da Polícia Militar Rodoviária. As iniciativas foram complementadas pela realização de um simulado de acidente com produto perigoso e múltiplas vítimas, fortalecendo o preparo operacional e a integração das equipes. Além disso, a Companhia desenvolveu campanhas voltadas aos períodos de queimadas e neblina, orientando os motoristas sobre a condução segura em condições climáticas adversas, bem como ações educativas sobre a correta utilização do acostamento, contribuindo para a segurança dos condutores e demais clientes da rodovia. Como destaque financeiro, foram distribuídos aos acionistas dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 274.363, devidamente aprovados em RCA (Reunião do Conselho da Administração), da seguinte forma: 14 de março de 2025 - R\$ 80.676 de dividendos adicionais propostos de 2024; 28 de outubro de 2025 - R\$ 185.722 de dividendos intermediários de 2025; 30 de dezembro de 2025 - R\$ 7.965 juros sobre o capital.

**1. Desempenho Econômico-Financeiro:**

Em R\$ Mil	2025	2024	Var%
Receita operacional bruta (incluindo a receita de construção)	749.227	697.701	7,39%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	741.670	684.286	8,39%
- Receita de pedágio	720.365	663.562	8,56%
- Outras receitas	21.305	20.724	2,80%
Deduções da receita bruta	(64.177)	(59.070)	8,65%
<b>Receita líquida (excluída a receita de construção)</b>	<b>677.493</b>	<b>625.216</b>	<b>8,36%</b>
(+) Receita de construção	7.557	13.415	-43,67%
<b>Custos e despesas (a)</b>	<b>(392.738)</b>	<b>(362.860)</b>	<b>8,23%</b>
- Depreciação e amortização	(39.708)	(169.841)	-76,62%
- Serviços de terceiros	(90.780)	(73.918)	12,27%
- Custo da outorga	(22.252)	(20.533)	8,37%
- Custo com pessoal	(70.326)	(52.713)	33,41%
- Custo de construção	(7.557)	(13.415)	-43,67%
- Provisão de manutenção	(132.686)	-	100,00%
- Outros custos e resultados operacionais	(29.429)	(32.440)	13,37%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>292.312</b>	<b>275.771</b>	<b>6,00%</b>
<b>Margem EBIT ajustada (b)</b>	<b>43,15%</b>	<b>44,11%</b>	<b>-2,18%</b>
<b>EBIT (c)</b>	<b>292.312</b>	<b>275.771</b>	<b>6,00%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>42,67%</b>	<b>43,18%</b>	<b>-1,18%</b>
(+) Depreciação e amortização	39.708	169.841	-76,62%
<b>EBITDA (c)</b>	<b>332.020</b>	<b>445.612</b>	<b>-25,49%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>48,47%</b>	<b>69,78%</b>	<b>-30,54%</b>

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	2025		2024		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
<b>Circulante</b>		<b>191.386</b>	<b>229.551</b>	<b>113.686</b>	<b>103.436</b>	<b>Circulante</b>		<b>113.686</b>	<b>103.436</b>	<b>103.436</b>	<b>103.436</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	52.896	65.186	18.247	10.249	Fornecedores		18.247	10.249	18.247	10.249
Aplicações financeiras	6	76.719	110.883	14.588	286	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	14.588	286	14.588	286
Contas a receber das operações	7	52.896	45.828	36.005	66.390	Imposto de renda e contribuição social		36.005	66.390	36.005	66.390
Contas a receber de partes relacionadas	9	45	2	14.358	10.330	Impostos e contribuições a recolher		14.358	10.330	14.358	10.330
Tributos a recuperar		6.620	4.384	14	25.966	Obrigações sociais e trabalhistas	14	25.966	9.927	19.1	1.710
Despesas antecipadas		2.161	3.149	19.1	1.940	Obrigações com Poder Concedente		19.1	1.940	1.940	1.710
Outros créditos		49	119	2.582	4.544	Outras obrigações		2.582	4.544	2.582	4.544
<b>Não circulante</b>		<b>39.119</b>	<b>52.288</b>	<b>7.757</b>	<b>7.727</b>	<b>Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários</b>	<b>13.1</b>	<b>7.646</b>	<b>7.264</b>	<b>308</b>	<b>155</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>11.595</b>	<b>3.726</b>	<b>111</b>	<b>155</b>	Fornecedores		111	155	111	155
Tributos diferidos	8.2	11.595	3.726	15	109.062	Outras obrigações		15	109.062	170.676	170.676
Depósitos judiciais		116	129	75.000	75.000	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>109.062</b>	<b>170.676</b>	<b>109.062</b>	<b>170.676</b>
Imobilizado	10	11.673	13.293	34.062	45.000	Capital social		75.000	75.000	75.000	75.000
Intangível	11	13.177	10.823	-	-	Reserva de lucros		34.062	45.000	34.062	45.000
Infraestrutura em construção	11	2.558	24.317	-	-	Dividendos adicionais propostos		-	50.676	-	50.676
<b>Total do Ativo</b>		<b>230.505</b>	<b>281.839</b>	<b>230.505</b>	<b>281.839</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>230.505</b>	<b>281.839</b>	<b>230.505</b>	<b>281.839</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros adicionais			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>75.000</b>	<b>15.000</b>	<b>56.339</b>	<b>6.687</b>	<b>-</b>	<b>153.026</b>	
Distribuição de dividendos em 15 de abril de 2024		-	-	-	(6.687)	-	(6.687)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	195.294	195.294	
Destinações:		-	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos adicionais propostos em 8 de abril de 2024		-	-	(56.339)	-	-	(56.339)	
Distribuição de dividendos intermediários em 11 de setembro de 2024		-	-	-	(107.614)	-	(107.614)	
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	(5.953)	-	(5.953)	
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	(1.051)	-	(1.051)	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	50.676	(50.676)	-	
Reserva de retenção de lucros		-	-	30.000	-	(30.000)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>75.000</b>	<b>15.000</b>	<b>30.000</b>	<b>50.676</b>	<b>-</b>	<b>170.676</b>	
Distribuição de dividendos em 14 de março de 2025	15.2	-	-	(30.000)	(50.676)	-	(80.676)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	212.749	212.749	
Destinações:		-	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos intermediários em 16 de outubro de 2025	15.4	-	-	-	(185.722)	-	(185.722)	
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (líquido)	15.5	-	-	-	(6.770)	-	(6.770)	
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (IRRF)	15.5	-	-	-	(1.195)	-	(1.195)	
Reserva de retenção de lucros	15.3	-	-	19.062	(19.062)	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>75.000</b>	<b>15.000</b>	<b>19.062</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>109.062</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia SP 340 - Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrendamento de pedágio e receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP 215, SP 340, SP 342, SP 225/342, SP 344, e SP 350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14 de abril de 1998 com o início da operação em 15 de abril de 1998, com prazo de 240 meses a contar dessa data. Em 21 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo e Modificativo (TAM 13/06), o Poder Concedente promoveu o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, através de prorrogação do prazo da concessão em 50 meses, totalizando 290 meses, ou seja, prazo até 14 de junho de 2022. Em 7 de junho de 2022, 18 de julho de 2022 e 16 de setembro de 2022 foram celebrados, respectivamente, o Termo Aditivo Modificativo nº 21/22 e seu 1º e 2º Termos de Retificação, entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a intervenção e anuência da ARTESP, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante extensão de 808 dias no prazo do contrato de concessão, a partir de 14 de junho de 2022, cujo novo término passou a ser 29 de agosto de 2024, em razão do desequilíbrio contratual referente à alteração do índice de reajuste das tarifas do pedágio, apurado no período acumulado de 1º de julho de 2013 até 13 de junho de 2022, em favor da Companhia, que foi reconhecido como um ativo intangível a valor justo, tendo como contrapartida uma receita no montante de R\$ 367.137 mil no ano de 2022. Ainda em 22 de setembro de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 22/22 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, resultando no equilíbrio econômico-financeiro mediante extensão de 45 dias no prazo do contrato de concessão, a partir de 29 de agosto de 2024, cujo novo término passa a ser 13 de outubro de 2024, em razão do desequilíbrio contratual referente à Implantação de dispositivo de retorno e acesso à UNESP - km 225 da SP 342 (São João da Boa Vista), em favor da Companhia. Houve também, em 17 de agosto de 2022, a celebração do Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 02/22, a fim de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro causado pela perda da arrecadação pelo não repasse do reajuste das tarifas de pedágio entre 1º de julho de 2022 e 15 de dezembro de 2022, promover o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e estabelecer a metodologia desta recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que prevê pagamentos bimestrais à Companhia pelo Poder Concedente, mediante emprego de verbas do tesouro. O TAM (Termo Aditivo Modificativo) foi cumprido pelas partes, visto que os pagamentos foram realizados nas datas previstas. Encerrado o desequilíbrio, em 14 de dezembro de 2022, através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da ARTESP deliberou a autorização do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio para vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022. Em 28 de junho de 2023, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da ARTESP, por determinação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, aplicou a medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no Contrato da Renovias, consistente na consideração do IPCA ao índice IGP-M (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Geral de Preços - Mercado) no reajuste tarifário anual a ser aplicado a partir de 1º de julho de 2023, com fulcro no art. 2º, III, e, da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023. Em 21 de junho de 2024, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da ARTESP, por determinação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, manteve a medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no Contrato da Renovias, consistente na consideração do IPCA ao invés do IGP-M no reajuste tarifário anual a ser aplicado a partir de 1º de julho de 2024, com fulcro no art. 2º, III, e, da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023. Em 27 de setembro de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 23/24 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, estendendo o prazo do contrato de concessão até 13 de abril de 2026, para viabilizar estudos técnicos de um novo projeto de concessão. Subsequentemente, em 04 de março de 2026, as partes celebraram o Termo Aditivo Modificativo nº 25/2026, estendendo novamente o prazo de vigência da concessão para 30 de junho de 2026. Esta nova prorrogação visa garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos delegados durante o período necessário para a homologação do resultado da Concorrência Internacional nº 010/2025, referente ao Lote "Rota Mogiana", e a respectiva transição operacional para o novo concessionário. Após o encerramento definitivo da concessão, a Companhia entrará em processo de dormência até que os assuntos remanescentes do contrato de concessão sejam integralmente solucionados. Em 18 de fevereiro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 24/25 entre a Companhia e o Estado de São Paulo a fim de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro a favor do Poder Concedente em decorrência da 13ª e 14ª adequação do cronograma físico-financeiro. A Companhia continua em fase de negociação com o Poder Concedente acerca de pleitos de desequilíbrios contratuais ainda não equilibrados que afetaram a equação econômico-financeira da Companhia. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. **Bens reversíveis:** No final do prazo de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenização. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **1.1. Outras informações relevantes - Processo judicial e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posturas preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID 19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, contravenções ao cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas a mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem ser dar de diversas formas, não excluídas, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; e iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões. **1.2. Processos em andamento:** A Reajuste Tarifário de 2013. Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidas para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo nº 1060269-33.2017.8.26.0053). Em 12 de junho de 2023, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo o qual foi deferido pelo juízo. b. Termo Aditivo Modificativo nº 13/06. O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 13/06. A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Companhia. Em 18 de setembro de 2017, a Companhia apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento. Desde 27 de março de 2023 a tramitação do processo está suspensa para tratativas de eventual acordo. A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; e (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente, tendo ambas as partes, interposto recurso de apelação, já julgados. Em 27 de junho de 2022, a Companhia interps recurso especial e recurso extraordinário. As partes requereram a suspensão do processo para tratativas de eventual acordo. Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo, que foi deferido pelo juízo. **2. Apresentação das demonstrações: Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 5 de março de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas. **8.2. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados, **11. Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização; **12. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e **18. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** é aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) identificação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os

**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	16	<b>685.050</b>	<b>638.631</b>

**RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.**

continuação

o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativo financeiro a VIR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

**Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que o novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. O desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados; São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.12. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.10. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplem premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outros. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.12. Contrato de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de equilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.13. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e • OCP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0). **3.14. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para

exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48). **3.15. Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralégais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • **Caixas e bancos:** Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • **Aplicações financeiras:** O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** inputs, diferentes preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 7, 9 e 17. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) CDI relativo às debêntures e aplicações financeiras. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 9 e 17. As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (recursos de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	2025	2024
<b>Ativo</b>	<b>11.967</b>	<b>5.454</b>
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.599	2.472
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	2.295	1.640
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.394	1.311
Arrendamento	-	3
Provisão para perda esperada	118	28
Provisão de fornecedores	5.561	-
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(372)</b>	<b>(1.728)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>11.595</b>	<b>3.726</b>
<b>Passivo</b>	<b>(372)</b>	<b>(1.728)</b>
Reequilíbrio econômico financeiro	(372)	(1.728)
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>372</b>	<b>1.728</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>11.595</b>	<b>3.726</b>
<b>Movimentação do imposto diferido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldos em 1º de janeiro	3.726	(38.935)
Reconhecimento no resultado	7.869	42.561
Saldos em 31 de dezembro	11.595	3.726

  

	2025	2024
<b>9. Partes relacionadas:</b> Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, controlada, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.		

  

	2025			2024		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
<b>Saldos</b>						
<b>Ativo</b>	<b>45</b>	<b>510</b>	<b>555</b>	<b>1</b>	<b>926</b>	<b>927</b>
Bancos conta movimento	-	510	510	-	917	917
Contas a receber	45	-	45	1	1	2
Outros créditos	-	-	-	-	8	8
<b>Passivo</b>	<b>289</b>	<b>14.455</b>	<b>14.744</b>	<b>239</b>	<b>247</b>	<b>486</b>
Fornecedores e contas a pagar	289	14.299	14.588	239	47	286
Outros débitos	-	156	156	-	200	200

  

	2025			2024		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativo</b>	<b>45</b>	<b>510</b>	<b>555</b>	<b>1</b>	<b>926</b>	<b>927</b>
Bancos conta movimento	-	510	510	-	917	917
Contas a receber	45	-	45	1	1	2
Outros créditos	-	-	-	-	8	8
<b>Passivo</b>	<b>289</b>	<b>14.455</b>	<b>14.744</b>	<b>239</b>	<b>247</b>	<b>486</b>
Fornecedores e contas a pagar	289	14.299	14.588	239	47	286
Outros débitos	-	156	156	-	200	200

	2025	2024
<b>Transações</b>		
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(236)
Custos/Despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(6.552)
Custos/Despesas - serviços de transmissão de dados	-	-
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	-
Custos/Despesas - serviços de conservação de rodovias	-	(16.470)
Custos/Despesas - seguros	-	(42)
Custos/Despesas - outros gastos gerais	-	-
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(57)
Receitas de aplicações financeiras	-	1
Receita de prestação de serviços entre partes relacionadas	-	1
Receitas de mútua cooperação	-	45
Repasse de custos e despesas de colaboradores	5	5
Repasse de custos e despesas - CSC	(2.948)	(2.948)
Intangível	-	(35.225)

**9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:**

	2025	2024
<b>Remuneração: (a) (b)</b>	<b>691</b>	<b>2.537</b>
<b>Benefícios de curto prazo - remuneração fixa</b>	<b>992</b>	<b>1.666</b>
<b>Outros benefícios:</b>	<b>(301)</b>	<b>871</b>
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	573	892
Reversão de provisão de PPR do ano anterior	(877)	(64)
Previdência privada	(1)	40
Seguro de vida	2	3

**10. Ativo imobilizado:**

	Imobilizado	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais	Total	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>568</b>	<b>1.434</b>	<b>721</b>	<b>-</b>	<b>2.140</b>	<b>4.863</b>	<b>11.989</b>	<b>16.852</b>	<b>16.852</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	8.411	-	8.411
Baixas	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	(1)
Transferências	50	3.864	5.557	1.732	11.203	-	(11.203)	-	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	2.153	2.153	-	-	-	2.153
Depreciação	(528)	(4.890)	(3.289)	-	(5.415)	(14.122)	-	-	(14.122)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>90</b>	<b>408</b>	<b>2.989</b>	<b>-</b>	<b>609</b>	<b>4.096</b>	<b>9.197</b>	<b>13.293</b>	<b>13.293</b>
Custo	2.408	30.200	12.913	13	47.776	93.310	9.197	102.507	102.507
Depreciação acumulada	(2.318)	(29.792)	(9.924)	(13)	(47.167)	(89.214)	-	(89.214)	(89.214)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>90</b>	<b>408</b>	<b>2.989</b>	<b>-</b>	<b>609</b>	<b>4.096</b>	<b>9.197</b>	<b>13.293</b>	<b>13.293</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	10.883	-	10.883
Baixas	-	(1)	(1.243)	-	-	(1.244)	-	-	(1.244)
Transferências	178	6.183	7.920	-	2.701	16.982	(16.982)	-	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	-	120	-	120
Depreciação	(173)	(4.471)	(4.626)	-	(2.109)	(11.379)	-	-	(11.379)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>95</b>	<b>2.119</b>	<b>5.040</b>	<b>-</b>	<b>1.201</b>	<b>8.455</b>	<b>3.218</b>	<b>11.673</b>	<b>11.673</b>
Custo	2.003	33.599	17.183	13	44.042	96.840	3.218	100.058	100.058
Depreciação acumulada	(1.908)	(31.480)	(12.143)	(13)	(42.841)	(88.385)	-	(88.385)	(88.385)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>95</b>	<b>2.119</b>	<b>5.040</b>	<b>-</b>	<b>1.201</b>	<b>8.455</b>	<b>3.218</b>	<b>11.673</b>	<b>11.673</b>

**Taxa média anual de depreciação %**

Em 31 de dezembro de 2025	100	100	100	-	100	-	-	-	-
---------------------------	-----	-----	-----	---	-----	---	---	---	---

**11. Intangível e infraestrutura em construção**

	Intangível	Infraestrutura em construção	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de </b>			

continuação

## RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	1.854	4.607
Trabalhistas e previdenciários	1.435	1.107
<b>Total</b>	<b>3.289</b>	<b>5.714</b>

## 14. Obrigações sociais e trabalhistas:

	2025	2024
<b>Circulante</b>	<b>25.966</b>	<b>9.927</b>
Salários e remunerações a pagar	1.423	1.434
Benefícios a pagar e previdência privada	3.835	4.105
Encargos sociais e previdenciários	1.357	1.307
Provisão para férias	19.351	3.081
<b>Total</b>	<b>25.966</b>	<b>9.927</b>

**15. Patrimônio líquido:** 15.1. **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 75.000.000, composto por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2025			2024		
	Participação acionária	Capital social ordinárias	Ações preferenciais	Participação acionária	Capital social ordinárias	Ações preferenciais
Encalço Construções Ltda.	10,20%	7.650	7.649.999	-	7.650	7.649.999
Encalço Participações em Concessões S.A.	49,80%	37.350	7.350.000	30,000.001	37.350	7.350.000
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.	40,00%	30.000	10.000.001	19.999.999	30.000	10.000.001
<b>Total geral</b>	<b>75,00%</b>	<b>75.000.000</b>	<b>50.000.000</b>	<b>75.000.000</b>	<b>75.000.000</b>	<b>50.000.000</b>

**15.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **15.3. Reserva de retenção de lucros:** Constituída nos termos do artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76. Essa retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). **15.4. Dividendos:** Em 13 de março de 2025, foi aprovado em ata de Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, a distribuição de dividendos de R\$ 30.000, correspondentes a R\$ 0,37499 por ação ordinária e R\$ 0,41249 por ação preferencial, a título de dividendos adicionais propostos. O pagamento ocorreu em 14 de março de 2025. Em 13 de março de 2025, foi aprovado em ata de Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, a distribuição de dividendos de R\$ 50.676, correspondentes a R\$ 0,63346 por ação ordinária e R\$ 0,69681 por ação preferencial, a título de reserva de retenção de lucros. O pagamento ocorreu em 14 de março de 2025. Em 16 de outubro de 2025, foi aprovado em ata da Reunião do Conselho da Administração (RCA), a distribuição de dividendos intermediários "ad referendum" no valor de R\$ 185.722, à conta da totalidade dos lucros apurados de janeiro a setembro de 2025, sendo R\$ 2.3215262563 por ação ordinária e R\$ 2.55367378819 por ação preferencial. O pagamento ocorreu em 28 de outubro de 2025, com base na composição acionária desta data. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	212.749
(-) Constituição de reserva legal	-
<b>Lucro líquido</b>	<b>212.749</b>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	53.187
Total de juros sobre capital próprio pagos	(6.770)
Total de dividendos intermediários aprovados	(185.722)
<b>Total de dividendos e juros sobre capital próprio</b>	<b>(192.492)</b>

**15.5. Juros sobre capital próprio:** Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2025, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor de R\$ 7.965, correspondente a

R\$ 0,099546968 por ação ordinária e R\$ 0,1095016648 por ação preferencial, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 6.770 correspondente a R\$ 0,08461492275 por ação ordinária e R\$ 0,09307641503 por ação preferencial. O pagamento ocorreu em 30 de dezembro de 2025.

## 16. Receitas operacionais líquidas:

	2025	2024
<b>Receita bruta</b>	<b>749.227</b>	<b>697.701</b>
Receitas de pedágio	720.365	663.562
Receitas de concessão	7.557	13.415
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	408
Receitas acessórias	21.305	20.316
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(64.177)</b>	<b>(59.170)</b>
Impostos sobre receitas	(63.091)	(58.068)
Abatimentos	(1.086)	(902)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>685.050</b>	<b>638.631</b>

## 17. Resultado financeiro

	2025	2024
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.414)</b>	<b>(500)</b>
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(644)	-
Juros passivos	(613)	(353)
Despesas bancárias	(61)	(75)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(76)	(43)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	-	(24)
Outras despesas financeiras	(20)	(5)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>26.154</b>	<b>10.858</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	26.112	10.499
Juros e outras receitas financeiras	42	359
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>24.740</b>	<b>10.358</b>

**18. Instrumentos financeiros:** 18.1. **Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos	Nível	2025	2024
		182.556	221.899
<b>Valor justo através do resultado</b>		129.615	176.069
Caixa e bancos	Nível 2	1.750	2.218
Aplicações financeiras	Nível 2	127.865	173.851
<b>Custo amortizado</b>		52.941	45.830
Contas a receber das operações		52.896	45.828
Contas a receber de partes relacionadas		45	2
<b>Passivos</b>		(37.468)	(17.252)
<b>Custo amortizado</b>		(37.468)	(17.252)
Fornecedores e outras contas a pagar		(20.940)	(15.256)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(14.588)	(286)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.940)	(1.710)
<b>Total</b>		145.088	204.647

**18.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **18.2.1. Análise de sensibilidade de**

**variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (31/12/25)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
CDI (2)	128.352	16.342	12.284	8.208
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>16.342</b>	<b>12.284</b>	<b>8.208</b>
<b>Total do efeito de ganho / (perda)</b>		<b>16.342</b>	<b>12.284</b>	<b>8.208</b>
<b>A taxa de juros considerada foi (1):</b>	CDI (2)	14,9000%	11,1750%	7,4500%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2), está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

**19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão:** 19.1. **Compromisso com o Poder Concedente - Outorga variável:**

	% Base	Valor pago no período		Circulante	
		2025	2024	2025	2024
Outorga variável (a)	3,0	22.022	20.460	1.940	1.710
<b>Total</b>		<b>22.022</b>	<b>20.460</b>	<b>1.940</b>	<b>1.710</b>

(a) Ônus variável compensado pelo reequilíbrio do ponto a ponto até 14 de junho de 2022.

**20. Demonstrações dos fluxos de caixa:** 20.1. **Atividades de financiamento:** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Retenção de lucro		Dividendos adicionais propostos		Total
	2025	2024	2025	2024	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(45.000)</b>	<b>(50.676)</b>	<b>(95.676)</b>		
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>30.000</b>	<b>243.168</b>	<b>273.168</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	30.000	243.168	273.168		
<b>Outras variações que não afetam o caixa</b>	<b>(19.062)</b>	<b>(192.492)</b>	<b>(211.554)</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(19.062)	(192.492)	(211.554)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(34.062)</b>	<b>-</b>	<b>(34.062)</b>		

**21. Eventos subsequentes:** Em 4 de março de 2026 foi celebrado o Termo Aditivo nº. 25/2026 foi celebrado para estender o prazo de vigência do Contrato de Concessão até 30 de junho de 2026, para maiores detalhes, veja nota explicativa nº1.

Composição do Conselho da Administração	
Mário Múcio Eugênio Damha - Presidente	
Alberto Bagdade - Membro Efetivo	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Membro Efetivo	
Marco Aurélio Eugênio Damha - Membro Efetivo	
Roberto Penna Chaves Neto - Membro Efetivo	
Composição da Diretoria	
Emerson Luiz Bittar - Diretor Presidente	
Mário Múcio Eugênio Damha - Diretor	
Contadora	
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC ISP190868/0-0	

## Aos Acionistas e Administradores da

## Renovias Concessionária S.A.

Mogi Mirim - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionária S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC ZSP014428/0-6Marcelo Gavioli  
Contador CRC ISP201409/0-1